

Ata nº. 326 de 26/01/2016 – Conselho Deliberativo do CANOASPREV

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, às treze horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Reuniões do CANOASPREV, localizada na Rua Inconfidência nº. 817, 3º. andar, Canoas/RS, reuniram-se em reunião extraordinária os membros que compõem Conselho Deliberativo do CANOASPREV. Titulares: Jose Hermeto Lagranha, Jari Rosa de Oliveira, Cesar Cemin, Rejane Fatturi Duarte e Ricardo Gomes. Ausentes e justificados Leonardo Schmidt Machado, Leticia Weber e Alvarez da Silva todos em férias, Aires Vigel de atestado médico. Com pauta previamente encaminhada de: apreciação do Calculo Atuarial do Canoasprev, leitura ultima ata e assuntos gerais. O presidente e conselheiro Jose Hermeto abriu a reunião e passou para Sra. Miriam, Presidente do Instituto e Sr Andre a condução da mesa. Sra. Miriam relatou que a análise dos dados do atuário realizado no Instituto em especial ao referido a Previdência se deu em virtude das metas indicadas pelo executivo para se reduzir gastos e que o Canoasprev comprometeu-se apresentar estudo para tal solicitação. Na continuidade Sr. André passou a explanar sobre o trabalho realizado e agora apresentado ao conselho para posterior análise e concordância. Todo estudo atuarial se construiu a partir de reformulação baseada na segregação de massas negociada no ano de dois mil e sete (2007) e alteração de alíquotas para grupos em dois mil e onze (2011) que segue até os dias de hoje, onde o Executivo assumiu todos os inativos que ingressaram até trinta de março de mil novecentos e noventa e oito (31/03/1998). Sr Andre elucidou a legislação federal que rege os Fundos de aposentadoria, que embasam o tema em estudo. Os gastos hoje com a patronal para atender a demanda das aposentadorias e pensões esta na casa de R\$ 7.050.019.33 somando-se o repasse da prefeitura e o previdenciário (grupo que esta no Canoasprev). Conselheiro Hermeto faz questionamentos a fim de esclarecer mais o assunto explanado. Continuando Sr André fez a distinção dos grupos um e dois trazendo maior clareza ao assunto. Neste momento Sr Andre pede licença para buscar outros dados para continuar sua explanação. Sra. Presidente faz um breve relato sobre a situação vivida no Fassem, na Diretoria de Assistência, em virtude do afastamento da atual Diretora. A mesma deveria retornar a partir do dia 06 do corrente, porem licenciou-se agora por seis meses. Tecnicamente se constituiu uma situação que fere a legislação e que será passível de apontamento pelo Tribunal de Contas. Uma vez que as outras Diretorias, que estão suprindo a de Assistência. tem impedimento, por força da Legislação, para realizá-la por tempo prolongado. Refere-se à substituição por período de férias. Esta situação fez com que a Diretoria do Instituto, juntamente com o Jurídico, encontra-se uma alternativa. Sra. Presidente encaminhou então ao executivo uma alteração na Lei 4739/03

no artigo que se refere a esta situação. A sugestão foi aceita e será publicada oficialmente. Sra. Miriam justificou a necessidade da urgência da alteração e que esta trazendo agora ao Conselho, pois, não houve tempo hábil para se percorrer a burocracia. Salientou também que assim poderá assumir temporariamente a servidora já indicada por este colegiado. Sr Presidente fez ressalva de que o Conselho deva ser consultado antes e que a Presidente faça ofício atualizando toda a situação referida a todos os conselheiros. A presidente fez a leitura na íntegra do of. DG011/16 o qual foi enviado ao executivo do corrido e das providências a serem tomadas. Neste momento Sr. Andre retorna e retoma o assunto anterior. Salientou que todo o estudo do atuário se deu a partir da premissa de segregação de massas e que resultou em seis cenários. Com este estudo, que resultou em seis cenários, a Diretoria do Instituto e também com a colaboração do Diretor Paulo, que foi Presidente na época da negociação, em dois mil e sete, elegeu o cenário três, como sugestão a apresentar, aos conselheiros, ao Executivo, para então enviar ao Ministério da Previdência para aprovação. Sr Presidente perguntou até onde poderá ser alterada alguma das bases do estudo. Sr Andre colocou que a Legislação Federal impede uma atitude unilateral por parte do Executivo. Assim procedendo ao Ministério desconsidera tal ato, como vem acontecendo no Paraná, por exemplo. O cenário que foi apontado para que seja adotado foi o recomendado pelo próprio atuário. Este não faz alterações nas alíquotas existente. É de conhecimento de todos que a situação do Fapec está em equilíbrio. Chama para o Instituto absorver a despesa com atuais pensionistas, com fluxo financeiro de impacto de setecentos mil/mês, com tendência a redução ao longo do tempo. Sr Hermeto manifestou discordância quanto a esta redução. Sra. Miriam explicou que estudos demonstram que neste grupo haverá sempre uma proporcionalidade entre os que saem e os que entram, equilibrando-se. Também foi eleito por ter sido recomendado pelo atuário. Sr André reiterou que este cenário não modifica as alíquotas, nem aumenta as despesas apontando para sua redução. Conselheira Rejane indagou quanto seria em percentual esta redução da patronal. Sr André colocou que baseado nos gastos do mês de dezembro de dois mil e quinze seria aproximadamente em torno de 14% no aporte do Executivo. Conselheiro Cemin solicitou que venha ofício para o conselho deste estudo. Sr André colocou que virá com urgência para que o Conselho se manifeste. Conselheiro Ricardo indagou se arrecadação do Fundo de Previdência está diminuindo. Andre respondeu que o atuário considera todos os recurso acrescido e da taxa de juros equivalente a meio por cento mais taxa da inflação que deve ser acrescido no final de cada período. Quando houver um desequilíbrio o atuário irá indicar bem como as ações a fazer para recuperar perdas. Sr Hermeto ponderou se dentro deste estudo do atuário há alguma alteração no percentual das alíquotas que são 11% para o servidor e

16,7% para o executivo. Sr. Andre colocou que foi concluído no estudo que a alíquota total de 27,7% sendo 11% do servidor e 16,7% para o executivo ainda estão a contento para o equilíbrio. Continuando manter-se a segregação de massas e o município atenda sua alíquota será suficiente para o equilíbrio. Sr Adjunto conclui seu assunto e comunicou que estará enviando ofício do atuário para os conselheiros manifestarem-se quanto ao cenário apontado e nesta reunião explanado. Pediu também para que sejam breves e devolvam o mesmo até o mês de fevereiro. Encerrado o assunto Sr Andre e Sra. Miriam retiraram-se da reunião. Sr Hermeto retomou a reunião e solicitou ao conselheiro Sr Cemin fazer a leitura das ultimas atas a de numero 324 e a 325. Após serem lidas foram aprovada por todos os presentes. Continuando Sr Presidente encaminhou ao próximo conselheiro na lista de relator para os ofícios a incumbência de receber o que será encaminhada pela diretoria do Canoasprev preparando a relatoria para ser apresentada nesta mesa, na próxima reunião extraordinária. O relator ficou então conselheiro Jari. Conselheiro Ricardo pediu para que explicassem como foi à negociação com o Fapec pelo executivo em dois mil e sete como referido anteriormente. Sr presidente fez um relato sobre o assunto a todos os presentes, esclarecendo aqueles que não participaram do conselho naquele momento. Esclarecidas e satisfeitas às dúvidas encerrou a reunião firmando-se a próxima para dia 04/02/16. Nada mais havendo a tratar Sr Presidente agradeceu a presença encerrando a reunião e eu Rejane Fatturi Duarte lavrei a presente ata, que será lida e aprovada pelos demais e após publicada no site do Canoasprev. xxxx